

**Reunião extraordinária****Data: 2022-11-30****Início: 09.35 horas****Local: Cidade de Tomar, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho****Termo: 11.05 horas****Presenças:**

Presidente	Anabela Gaspar de Freitas
Vereadores	Hugo Renato Ferreira Cristóvão
	Maria de Lurdes Ferromau Fernandes
	Filipa Alexandra Ferreira Fernandes
	Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão
	Luís António Antunes Francisco
	Hélder Duarte Henriques

Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal**Da Ordem do Dia constavam os seguintes assuntos:-----****N.º 01 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE TOMAR PARA O ANO DE 2023 (590/PGEN/DF/2022)-----****N.º 02 – AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE DESPESAS PLURIANUAIS – DELEGAÇÃO NA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COMPETÊNCIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (582/PGEN/DF/2022)-----****DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----****N.º 03 – CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE – Notável Capital - Investimentos Imobiliários, Limitada (309/ECER/DGT/2022 - 294/EDIF/DGT/2022)-----****EXPEDIENTE:-----****N.º 04 – UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL – Sporting Clube de Tomar (7700/ENTE/DAJA/2022 - 15/DIVER/PR/2013)-----****Sendo nove horas e trinta e cinco minutos, a Sra. Presidente declarou aberta a reunião passando a Câmara a deliberar de acordo com a Ordem do Dia:-----****N.º 01 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE TOMAR PARA O ANO DE 2023 -----**

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a apreciação do Executivo Municipal as



Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município de Tomar para o ano financeiro de 2023, cujas receitas e despesas se encontram devidamente equilibradas em 51.660.700,00€ (cinquenta e um milhões, seiscentos e sessenta mil, setecentos euros), e respetivo mapa de pessoal. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou submeter os referidos documentos a aprovação da Assembleia Municipal, nos termos das disposições conjugadas da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e das alíneas a) e o) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor e três votos contra da Sra. Vereadora Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e dos Srs. Vereadores Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão e Luís António Antunes Francisco, com a seguinte declaração de voto: "A proposta das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal do Município de Tomar para o ano de 2023, apresentada pela maioria socialista que governa o Município não pode merecer a concordância dos vereadores do Partido Social Democrata. Por variadíssimas razões, das quais destacamos: -----

- São documentos que, à semelhança dos anos anteriores, evidenciam uma falta de estratégia e de ambição relativamente ao futuro de Tomar, e em que a resposta aos anseios e às necessidades da população do concelho continuam adiadas. -----

- O total do Orçamento é de 51,660 milhões de euros, um aumento de 7,7 milhões de euros comparativamente a 2022, o que poderia indiciar, finalmente, grandes investimentos. Mas não, temos mais do mesmo! -----

- As Despesas Correntes, no total de 30,342 M€, aumentam 6,289 M€ comparativamente a 2022. Ou seja, o grosso das verbas do Orçamento são para gestão corrente. -----

- Em especial, para as Despesas com Pessoal, cujo valor é de 14,226 M€, registando um aumento de 2,317 M€ relativamente ao corrente ano, e que representam cerca de 47% do total das despesas correntes. -----

Refira-se que, em 9 anos de governação, os socialistas aumentaram as Despesas com Pessoal em mais de 4 ME. O que compromete as finanças da Câmara Municipal para os próximos anos, e condiciona a gestão municipal futura quanto à necessidade de investimentos. -----

- Na verdade, o que este Orçamento para 2023 mostra, mais um ano, e infelizmente para Tomar, é a incapacidade da maioria socialista para avançar com projetos e obras diferenciadoras que dinamizem o Concelho e contribuam para um verdadeiro progresso e desenvolvimento de Tomar. -----



- A imagem de Tomar, promovida por medidas avulsas e eventos discutíveis, naquilo que são milhares de euros gastos, representam a forma de gerir dos socialistas. -----
 - O exemplo flagrante da Zona Industrial, em que a única coisa de relevo que fizeram foi a mudança do nome para Parque Empresarial. Mas, entretanto, abdicam de milhões em fundos comunitários para a revitalização daquele espaço, e recentemente anulam cerca de 200 mil Euros no Orçamento do Município em vigor para intervenções na melhoria das condições para as empresas ali instaladas.-----
 - A questão é que a economia local continua a ser o parente pobre para este executivo camarário socialista. Em detrimento dos eventos, feiras e festas, cujo valor mais do que duplica neste Orçamento para 2023, situando-se nos 1,150 M€, sem incluir o valor para a Festa dos Tabuleiros. -----
 - Não há apoio efetivo ao tecido empresarial, quer às empresas existentes quer aos potenciais investidores, com vista à criação de postos de trabalho e fixação de pessoas; e, não há medidas concretas para evitar a perda de população, dois graves problemas estruturais do Concelho.-----
 - Os Vereadores do PSD apresentaram uma proposta a 15 de novembro de 2021, aprovada por unanimidade, para criação de um Regulamento de Benefícios Fiscais e Incentivos ao Investimento, que se traduziria numa ferramenta facilitadora para aspirações de Jovens, famílias, empresas, IPSS e Associativismo. -----
 - A população residente continua a diminuir, tendo saído de Tomar 10% da população nos últimos 10 anos; a população está cada vez mais envelhecida, por cada 100 jovens tínhamos 248 idosos (em 2019); 293,9 em 2021 e quando a nível nacional 153. E os documentos apresentados têm zero soluções para a demografia. -----
- Os documentos apresentados mais se assemelham ao guião de um filme de ficção. Mas, quando o filme acaba, vemos que não tem um final feliz.-----
- Obviamente que o PSD não se revê neste “empobrecimento” progressivo do concelho que caracteriza a gestão municipal socialista, hipotecando o futuro do concelho e da sua população. Por isso, os Vereadores do PSD votam contra.”.-----

No âmbito do ponto anterior, a Sra. Presidente apresentou os documentos previsionais destacando que: -- a exemplo do que se pratica em muitas outras autarquias, optaram pela incorporação de quatro milhões de euros do saldo da gerência do corrente ano, apesar de se esperar que o valor venha a ser superior, tendo em conta o aumento das despesas com o pessoal, com a energia, com o gás e com os combustíveis, e também o preço das empreitadas



e das revisões de preços, assim como a questão dos reequilíbrios financeiros (a legislação que permite aos empreiteiros apresentar pedidos vigora até trinta e um de dezembro, mas, foi prevista uma margem de segurança, prevenindo a eventual prorrogação desse prazo ou dessa medida); -- apesar de se prever o aumento das transferências do Orçamento do Estado, o valor não é suficiente para acomodar as despesas com pessoal, estimadas em catorze milhões, duzentos mil euros, cujo aumento deriva sobretudo dos acordos assinados em concertação social, para atualização salarial dos assistentes técnicos e operacionais, e dos técnicos superiores, e da aplicação do SIADAP; -- os passivos de médio e longo prazo ascendem a sete milhões e quinhentos mil euros, divididos em três grandes rúbricas: empréstimos bancários (dois milhões de euros), PARQ T (três milhões, quatrocentos mil euros) e ADSE (quinhentos mil euros); --os passivos de curto prazo totalizam sete milhões, duzentos mil euros, encontrando-se o município no vigésimo sétimo lugar dos municípios que mais reduziram a dívida de curto prazo; --as transferências para as Freguesias totalizam cerca de um milhão e setecentos mil euros, correspondendo a um aumento de trinta por cento; está contemplada uma rúbrica específica para a Festa dos Tabuleiros, com uma dotação inicial de seiscentos mil euros; -- a receita corrente estima-se em quarenta milhões e euros e a receita de capital em onze milhões de euros, a despesa corrente em trinta milhões e quatrocentos mil euros e a despesa de capital em vinte milhões e quinhentos mil euros, correspondendo a uma margem de segurança de trinta e três vírgula cinco por cento; -- o número de empreitadas reduz em relação aos anos anteriores, prevendo-se iniciar duas estradas (caminho municipal mil cento e dezanove e Choromela) e a reabilitação do Casal dos Frades, para além da reabilitação da margem direita do rio Nabão, a aguardar o visto do Tribunal de Contas, e de pequenas intervenções, nomeadamente a criação de um parque verde na Quinta de Marmelais, com manutenção das oliveiras existentes, nos termos que estão a ser acordados com a Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo. -----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes referiu que o documento é extenso e não lhes foi apresentado com a antecedência suficiente para o poderem analisar de outra forma, e melhor exporem as respetivas conclusões, mas, apesar de tudo, o trabalho foi feito e puderam constatar que, apesar do aumento dos valores, mantém a mesma forma e o mesmo conteúdo dos documentos que têm sido apresentados em anos anteriores; o mundo evolui e a região também, mas Tomar e os tomarenses parecem condenados à estagnação e ao retrocesso; os indicadores falam por si, merecendo destaque, porque são fatores essenciais para que um território possa progredir, crescer e desenvolver-se, a redução significativa da população



residente e a estrutura etária dessa população, cada vez mais envelhecida (a cada cem jovens correspondem, em Tomar, duzentos e quarenta e oito idosos, e, no país, cento e cinquenta e três); estes problemas são referidos e constituem desafios, mas as propostas são as mesmas e faltam as medidas necessárias para criar uma janela de oportunidade, mantendo-se a incapacidade para criar atratividade às empresas e aos investimentos, o que tem conduzido à dificuldade e impossibilidade de fixar a população jovem, ou de atrair população que queira regressar, assim como para criar riqueza que permita dar às atuais e futuras gerações uma garantia de que o concelho possa ser aquele onde, com qualidade, se quer viver, estudar, trabalhar ou descansar; é referida a possibilidade de fixar jovens com competências e qualificações dentro do paradigma atual e diz-se que se pretende transformar o concelho num espaço dinâmico e competitivo, mas não se apresentam medidas de apoio à atratividade, nem têm sido concretizadas iniciativas orientadas para o empreendedorismo e para a criação de ambientes propícios à criação de emprego, ou medidas de apoio em termos de benefícios. Saliu que há desafios que podem ser difíceis de ultrapassar, mas há outros que podem ser ultrapassados, mas, para isso, tem que existir vontade de mudar a estratégia, e continua a faltar; já identificaram, várias vezes, a necessidade de definir uma estratégia para o concelho, mas, apesar de a realidade mudar, continuam a ser implementadas, ano após ano, medidas avulsas, mantêm-se os mesmos objetivos e repetem-se as intenções; afirma-se que Tomar tem boas oportunidades em matéria de jovens qualificados, mas não se veem as políticas municipais para os reter ou para atrair outros, nem para atrair potenciais residentes, e são deixados por executar dois milhões e oitocentos mil euros para requalificação da zona industrial, não foram criados espaços de acolhimento empresarial e adotaram-se umas poucas soluções minimalistas e não se avançou com o Centro de Inovação e Conhecimento; esperava-se outra ação que desse alguma esperança aos tomarenses, e evidências da vontade de mudar. Referiu que, há um ano, por proposta dos vereadores do PSD, aprovaram a elaboração de um regulamento dos benefícios fiscais e incentivos ao investimento, mas, até agora, nada avançou e continuam sem um instrumento relevante para que se possam aplicar as medidas que a realidade exige; têm um território que está a ficar desertificado, e apresenta muitas casas devolutas, como se apurou nos últimos Censos, e é necessário criar medidas de apoio, principalmente aos casais jovens, para que possam ter a sua casa, por exemplo através da isenção de IMI durante dois ou três anos, ou eventualmente mais, mediante determinadas condições, mas, para isso, são precisas medidas concretas, e concessão de apoios para fixação de empresas, com isenção de taxas e facilitação da sua localização no concelho. Sublinhou que



o PSD foi ouvido, nos termos do Estatuto da Oposição, e foram aceites algumas das propostas que apresentou, mas o regulamento continua em elaboração, a habitação para estudantes está em negociação, a criação de incubadora de empresas está em estudo, as obras no edifício da GNR, a requalificação da rua Infantaria Quinze, a intervenção no Caminho Municipal mil cento e dezanove e a criação do skate parque estão previstas no orçamento; são muito boas intenções, mas algumas dessas medidas vêm sendo propostas há vários anos, e têm sido previstas em orçamento, mas, tal como outras, ficam por concretizar. Perguntou qual é a fiabilidade deste orçamento e que confiança podem ter os tomarenses neste documento quando, por exemplo, continuam a ser previstas obras que já constavam do orçamento para o ano de dois mil e vinte, como é o caso da requalificação do caminho municipal mil cento e dezanove, da empreitada de São Simão, das áreas de localização empresarial e da promoção da marca templária; são exemplos de que as intenções não se concretizam e que os projetos são colocados e retirados, originando falta de confiança, afastamento das pessoas da política e preocupação para os tomarenses. Salientou que este documento mais parece uma guião de um filme de ficção a cujo argumento assistem com vários tipos de emoções, e com várias expectativas; de início, com a sensação de que a história terá um final feliz, mas, no decurso do mesmo, vão-se apercebendo de constantes bloqueios que o Executivo não consegue ultrapassar, e que vai perpetuando os problemas, como acontece, por exemplo, com a elevada despesa corrente com pessoal, com os custos com outsourcing e com muitas outras coisas, comprometendo seriamente o futuro; quando o filme acaba, resta um documento sem esperança para o concelho, e é isso que preocupa os eleitos do PSD, deve preocupar quem é responsável pelas propostas apresentadas e, também, os tomarenses. -----

Em complemento, o Sr. Vereador Tiago Carrão salientou que estas são as grandes opções do plano e orçamento do Partido Socialista para o Município de Tomar e, por várias razões, não seriam aquelas que o PSD apresentaria; em matéria de economia local, não prevê o investimento que seria necessário para os tempos que passaram, que vivem e que se anteveem; um milhão e meio de euros não chega sequer a três por cento de um orçamento que ultrapassa os cinquenta e um milhões de euros, em grande parte justificado por um conjunto de aumentos nas despesas, nomeadamente com recursos humanos e energia; teve que haver criatividade para equilibrar esse valor na parte da receita, por via da utilização de rubricas como outros rendimentos de propriedades (três milhões e duzentos mil euros), outras transferências correntes (cinco milhões e quinhentos mil euros) e outras receitas correntes (quatro milhões de euros). Salientou que a taxa de execução do orçamento em vigor, que



ronda os quarenta e três milhões de euros, é baixa (cinquenta e quatro por cento, de acordo com a informação mais recente), mas será ainda pior num orçamento de cinquenta e um milhões de euros, onde as despesas correntes totalizam trinta milhões de euros (um aumento de quase seis milhões de euros) e praticamente metade desse valor se destina a suportar despesas com os recursos humanos, as quais, nos últimos anos, sofreram um aumento superior a quarenta por cento; pela forma como compromete o município, no próximo ano e no futuro, é um número que assusta e hipoteca algumas das opções que podem ser tomadas em termos de investimento, e, tal como dizia o Chefe da Divisão Financeira, pelo seu carácter de rigidez e perpetuidade, absorve recursos e flexibilidade, que deve existir na gestão autárquica, razão pela qual lhe estará associado um risco na execução deste e de futuros orçamentos, para além de que o Anuário Financeiro referente ao ano de dois mil e vinte e um coloca Tomar no trigésimo terceiro lugar dos municípios com maior peso da despesa com pessoal. Sublinhou que grande parte do orçamento está comprometido com despesas fixas, mas, na pequena fatia que pode ser objeto de decisão e de opção para investimento, onde podem ser tomadas opções políticas do que querem para o concelho, a linha de ação mantém-se, e não lhes parece a mais correta; por exemplo, a rubrica Festas e Eventos aumenta de quinhentos mil euros no corrente ano para um milhão, cento e cinquenta mil euros (considerou uma vergonha que, hoje, Tomar seja capa de um jornal nacional por questões de falta de transparência na contratação pública, com ajustes diretos com justificações muito duvidosas); continuam a encontrar nas rubricas da despesa, muitos outros (outros serviços, outros estudos, projetos e consultadoria, outras despesas correntes) sem que os mesmos sejam detalhados. Lamentou que, no texto introdutório, se refira, e bem, que, a par do turismo, a agricultura e todos os produtos endógenos têm um valor importante para o concelho, e não volte a haver nenhuma outra alusão à agricultura em todo o documento, e não se proponha qualquer tipo de linha orientadora estratégica para este sector; que o orçamento participativo, que foi ensaiado durante alguns anos, tenha desaparecido; que não possam apreciar o parecer do Conselho Municipal da Juventude que, não sendo vinculativo, é obrigatório, nos termos da lei; que, no texto introdutório, e bem, se considere como fator crítico a captação de novas empresas e a oferta de mais espaços para crescimento empresarial, mas não se passe das considerações e, ao fim de nove anos, continuem em fase de estudo; que, sendo a habitação um tema muito importante para o concelho, que preocupa bastante os tomarenses, não se apresente um horizonte para a implementação da Estratégia Local de Habitação; que haja queixas em relação à inflação, aos aumentos da energia, do gás, do preço das empreitadas,



mas não se aponte uma estratégia ponderada para tentar fazer face a esse problema, que a todos deve preocupar, que não seja por via do aumento da despesa. Concluiu dizendo que um voto contra este orçamento é um voto a favor de Tomar e dos tomarenses tendo em conta que a fórmula que foi aplicada acaba por ser a mesma dos últimos nove anos, com os protagonistas, que também são essencialmente os mesmos, a insistir numa gestão mais corrente, já bastante esgotada, e essencialmente preocupada com a imagem, sem uma visão e uma estratégia para o futuro. -----

O Sr. Vereador Luís Francisco reforçou que o documento traduz mais do mesmo e que, na prática, a requalificação do Flecheiro é a alma e o intuito desta governação; o realojamento das famílias que ali viviam, que se arrasta há nove anos, é a única intenção que se percebe, porque o resto são intenções avulsas que vão aparecendo: os projetos são os mesmos, uns em curso e outros que se repetem e não vão acontecendo. Referiu que o problema das despesas com o pessoal já foi identificado várias vezes, representa um risco para o futuro, como se assume no documento, mas não se vislumbra que algo esteja a ser feito em concreto para o resolver; não estão em causa os contratos de novas pessoas que vão sendo necessárias, mas tem que se encontrar um rumo para resolver a situação; receberam o pessoal dos serviços municipalizados, assumiram e estão para assumir novas valências, nomeadamente na área da educação e da saúde, e as situações têm que ser estudadas e pensadas em conjunto, até porque também há, cada vez mais, muito outsourcing que, na prática, se traduz em despesas com pessoal, embora com a vantagem de ser um custo mais variável e adaptável à realidade, e, também, não deixa de se verificar que há aqui muita gente, e gente a mais. Saliu que, na página cento e três, são referidas algumas medidas cautelares em termos de gastos com bens e serviços, mas é preciso que sejam aplicadas e que se obtenha alguma eficácia. Referiu que o documento é um filme de ficção e apresenta uma série de ilusões, mas, na prática, vão ficar na mesma, porque os projetos e as obras são os mesmos e cerca de metade do orçamento não vai ser executado; devia merecer preocupação o envelhecimento e a redução da população (nos últimos anos, saíram do concelho cerca de quatro mil pessoas) e, se calhar, também deviam ter os indicadores do tecido empresarial comparativamente com os últimos anos porque, se calhar, também há perdas; já se assume os prejuízos que podem ocorrer na Tejo Ambiente, na RSTJ e na Escola Profissional de Tomar, onde a Câmara terá que se chegar à frente e pagar, na proporção da respetiva participação; a habitação é falada, mas não se percebe para quem, ou se se quer atrair população só por esta via; se calhar, terão que começar pela atração e fixação de empresas para que haja negócio e se possa perceber se a



habitação é mesmo necessária; na prática, o que se verifica é que o dinheiro está a ser utilizado para alojamento das cinquenta e duas famílias e que se fala que vai haver dez milhões de euros para investimento em habitação nos próximos anos, mas desconhecem onde é que vai ser realizado o investimento, para quem, com que gestão (uma dimensão destas, se calhar, obriga a uma estrutura gestonária) e onde está o projeto para isto; na página quarenta e sete, são referidos protocolos com as instituições particulares de solidariedade social, mas questiona se não devia ser aumentado o valor associado a esses protocolos, se a Câmara não está a fazer-lhes concorrência e a entrar na área social, a promover atividades que estas fazem, e fazem bem, e se, em vez de assumir determinado tipo de serviços e de valências, não valia muito mais subcontratar os seus serviços; são referidas ações de combate ao insucesso escolar, mas não se diz quais e de que tipo; é indicada uma verba de apenas dois mil euros no âmbito da delegação de competências no domínio da saúde, o que se estranha; em termos de desenvolvimento económico, a dotação é de três milhões e seiscentos mil euros, mas dois milhões são para a Festa dos Tabuleiros e outros eventos, um milhão e duzentos mil euros para custear projetos da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, sem que conheçam a validade destes para o desenvolvimento económico de Tomar, e os trezentos mil euros sobrantes não serão suficientes para fazer face à necessidade de alargamento e reorganização do parque Empresarial a que se alude, nem para desenvolver a economia local, sendo certo que, se calhar, era por aqui que se devia começar, em vez de se avançar para outras situações que resultariam destas a posteriori. -----

Em resposta, o Sr. Vereador Hugo Cristóvão referiu que, mais do que nunca, estão a assistir ao exercício da retórica e não pode deixar de dar também, como se está a fazer, uma visão mais político-partidária sobre este importante tema; este sentido de voto começou no primeiro ano do mandato, e é provável que se mantenha até ao fim, mas os argumentos podiam ter sido outros; para ver se pega, os eleitos do PSD têm repetido, nos últimos tempos, a questão da estagnação ou do marasmo, mas, desde que se conhece, sempre ouviu dizer que Tomar estava parado, estava estagnado, e que não havia desenvolvimento; supondo, por segundos, que isso fosse verdade, resultaria do insucesso de todas as governações que os precederam, incluindo do partido que mais anos esteve na governação; não bate a bota com a perdigota querer dizer, hoje, que a cidade e o concelho estão pior do que estavam por exemplo nos primeiros anos deste século; qualquer observador atento, e a generalidade dos residentes, e os visitantes, dirão que Tomar está mais dinâmico, mais desenvolvido e, a vários níveis, mais interessante; entende que se coloque muito a tónica na economia e na fixação de



empresas, mas, de facto, hoje, estão muito mais unidades empresariais no Parque Empresarial do que existiam quando esta governação se iniciou, e com muito mais postos de trabalho que então; falam que há mais casas devolutas, mas o contrário é facilmente demonstrável, porque não há casas para comprar ou para arrendar, e há uma enorme dificuldade na habitação, ou seja há mais casas ocupadas, independentemente da questão dos residentes, que reduziram em Tomar e praticamente no resto do país, e na generalidade dos países ocidentais; de acordo com os últimos Censos, no distrito, só o concelho de Benavente aumentou o número de residentes, e é fácil perceber que se deve ao facto de parte do território funcionar como dormitório de Lisboa; o número de residentes diminuiu em todos os outros, sendo certo que a ideia do perpétuo crescimento que vinha do século vinte, e da lógica industrial da época, não tem que ser necessariamente a dos tempos atuais; pode ser um problema, mas tem âmbito nacional e dos países ocidentais, e não pode ser visto como resolúvel para um só concelho, muito menos para um concelho com a dimensão de Tomar; um indicador importante é o facto de, este ano letivo, pela primeira vez desde dois mil e seis, ter aumentado o número de matrículas nas escolas (mais de sessenta), o que significa mais nascimentos e fixação de casais jovens, o que se vê e se sente; a pandemia pode ter ajudado um bocadinho, mas não é a única razão, porque há jovens a regressar e a fixar-se; a habitação é realmente um grande problema, está espelhado no orçamento e é um dos grandes objetivos da ação municipal, que quer avançar com habitação a custos controlados para os jovens casais e para a classe média, para conseguir encontrar soluções para o principal problema da fixação de pessoas no concelho (não é tanto a questão do emprego porque os indicadores demonstram que o desemprego está muito próximo do zero ou do tecnicamente zero). Salientou que o papel da oposição é muito importante, e que terão sempre propostas alternativas às da governação, mas devem tentar encontrar argumentos que não sejam os mesmos de há trinta ou quarenta anos e, mais do que ter opinião, atender aos factos, ou seja que há mais postos de trabalho criados, mais dinamismo no comércio, mais reabilitação de património, desde logo no centro histórico; há maior dinamismo no concelho e querem continuar a prosseguir esse objetivo e a resolver os problemas, que são muitos, desde logo o peso da massa salarial, que realmente compromete aquilo que podem realizar, mas nunca percebeu bem o que se defende quando se argumenta que não estão a atacar o problema e se aborda a questão do outsourcing, que, na verdade, começou bem antes desta governação (todos se recordam do tempo em que, até para plantar flores nos jardins da cidade, tudo era comprado, mas, hoje, a grande maioria é produzida no horto municipal, que esta governação reabilitou), mas, ao mesmo tempo, se fala



em subcontratar áreas sociais. Reforçou que este é o caminho que pretendem seguir para continuar a resolver os problemas na reabilitação urbana, nas questões sociais e na habitação, como resulta do programa que foi sufragado pelos tomarenses. -----

Em resposta, a Sra. Presidente frisou que a ação municipal tem vindo a ser norteadada por seis objetivos, aos quais acresce, para o próximo ano, a sustentabilidade do ambiente; nesse âmbito, vão continuar a promover a limpeza das linhas de água, adotar programas de eficiência energética e de redução do consumo de água nos edifícios municipais, promover a constituição da comunidade de energia renovável, para além da elaboração do roteiro municipal para a neutralidade carbónica, já com procedimento em curso, tendo subjacente os planos de ação para as adaptações climáticas, o que contraria a afirmação de que não têm uma estratégia para o aumento das despesas com a energia e com os combustíveis. Realçou que o orçamento é um documento previsional e que, ao longo da sua execução, podem ter que adequar a ação municipal à realidade, como têm feito e, enquanto governarem, continuarão a fazer. Lembrou que, em dois mil e vinte, optaram por parar todas as intervenções, para poderem assumir os custos decorrentes da pandemia e que a obra da estrada entre Carregueiros e São Simão está adjudicada e terá impacto financeiro no próximo ano. Salientou que não é correto dizer que não existe estratégia, porque é claro que têm estratégias diferentes, desde logo na questão da habitação; para o PSD, seriam captadas as empresas e tratariam depois da habitação, exatamente o contrário da visão que têm porque estão a captar empresas e os respetivos trabalhadores não estão a residir no concelho (como é o mercado da habitação em Tomar, é uma das primeiras questões que os investidores lhes colocam) e a atração de pessoas passa em primeiro lugar pela habitação, apesar das coisas terem que ser desenvolvidas o mais possível em paralelo. Frisou que, ao longo dos anos, têm vindo a reconhecer nos relatórios que a rigidez na despesa com os recursos humanos é muito elevada, mas não podem despedir trabalhadores e têm que cumprir os aumentos; por outro lado, o quadro do pessoal das Câmaras Municipais foi projetado para um conjunto de competências da administração local, mas estas têm vindo a ser acrescidas, e não podem deixar de contratar trabalhadores, necessariamente com parcimónia. Lembrou que ainda não aceitaram as competências no domínio da saúde e, quando isso acontecer, terá contrapartida na receita. Reconheceu que surgem muitas rúbricas com a denominação outros, algumas com dotação significativa, porque os mapas que integram o orçamento resultam de uma aplicação informática e não existe como discriminar determinado tipo de despesas (aquisição de materiais diversos para pequenas reparações – tintas, material elétrico e de canalizações,



cimento -, rações para animais, aluguer de equipamentos – fotocopiadoras, máquinas para obras, sanitários -, prestação de serviços nas instalações desportivas, transferências para a DGAL, refeições, iluminação pública, feiras e mostras gastronómicas, pagamentos de DUC em processos judiciais, retenções ao Fundo de Equilíbrio Financeiro, reembolsos diversos e quotas das associações em que participam, entre outros). Sublinhou que seria muito bom que não viessem a executar o orçamento na totalidade porque seria sinal que não teria sido necessário utilizar a verba de trezentos mil euros prevista para apoio às famílias e instituições particulares de solidariedade social, e que os preços da energia e dos combustíveis baixaram e que as revisões extraordinárias das empreitadas deixaram de ter os preços que estão a ter. -----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes referiu que, ao longo do tempo, e neste mandato, puderam testemunhar o apoio às instituições particulares de solidariedade social, desde logo a recusa das propostas apresentadas pelo PSD, mas ainda bem que há uma medida nesse sentido, porque o Governo mantém as comparticipações em percentagens baixíssimas para que as IPSS consigam manter os seus níveis de serviço para com as populações idosas; há algum tempo que as entidades da economia social precisavam que a Câmara estivesse ao seu lado, mas não tem havido quaisquer medidas nessa área. Saliu que os choca, e deve chocar todos os tomarenses, que haja um investimento de cerca de trezentos e sessenta mil euros para reposição de pavimentos na estrada do Maxial, e outro tanto para a estrada de Valdonas, e não haja referência à estrada de São Pedro (só acontece porque a Sra. Presidente é uma presidente ausente, não está no território, não aparece em lado nenhum e não vai aos diferentes locais ver as condições que existem); a verba de quinhentos mil euros que está prevista para conservação da rede viária é insuficiente dada a situação das vias do concelho e os vários pontos negros que têm sido reportados pelas forças de segurança; verificam-se sucessivos acidentes em vários locais, mas a Câmara não dá resposta, não resolve e não corrige. Saliu que estão muito satisfeitos que tenha havido aumento do número de alunos e também por ver, pela primeira vez, uma pequena quantia dedicada ao projeto educativo municipal de Tomar, provavelmente para se começar a fazer, mas era algo que, no mínimo, já devia estar feito e construído há mais de três anos, como todos os outros concelhos já fizeram. Pediu para serem apresentados os dados do emprego e do desemprego, disto e daquilo, que suportam as afirmações do Sr. Vereador porque os dados que são públicos não correspondem ao que foi dito, e não se devem fazer análises empíricas e superficiais, como é comum acontecer, praticamente em todas as reuniões, sobre os mais diversos assuntos, incluindo os eventos. Realçou que se tem revelado importante a receita arrecadada com o estacionamento



coberto e de superfície, apesar do que se tem vindo a dizer sobre os parques de estacionamento. Referiu que são prometidos apoios às famílias com dificuldades financeiras emergentes, mas é bom que se estabeleçam regras para as famílias poderem aceder a essas verbas. -----

A Sra. Presidente frisou que, se calhar, é a Sra. Vereadora que não está no terreno e terá que deixar de pensar como presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, e ter uma visão mais alargada às onze freguesias do concelho; o estado das estradas onde ocorreram as três intervenções de saneamento da Tejo Ambiente é completamente diferente entre si e, em São Pedro, a Câmara tem capacidade para intervir, por administração direta, estando já acordado quando entrará em obra, sem prejuízo da atuação da fiscalização junto do empreiteiro para correção do trabalho de pavimentação mal executado nalguns locais. Convidou a Sra. Vereadora a passar nas freguesias de Paialvo, Asseiceira e Sabacheira, por exemplo, para verificar que a Câmara tem atuado nos pontos negros que estão identificados, nomeadamente com aplicação de camada antiderrapante, e vai continuar a fazê-lo, de acordo com um cronograma de ação, elaborado de acordo com as prioridades estabelecidas pelos serviços, e com as disponibilidades financeiras. Salientou que a receita dos parques de estacionamento cobertos e à superfície é interessante (e foi esta governação que tarifou à superfície e reformulou as tarifas), mas também há despesas, e não podem esquecer que estão a pagar mais de seis milhões de euros do parque de estacionamento da rua Dr. Sousa e que ainda não está resolvida a questão do parque subterrâneo do Pavilhão Municipal, cuja fatura ronda um milhão de euros. -----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes frisou que estão conscientes que há dívidas que estão a ser pagas e também que há parques de estacionamento dentro da cidade. -----

O Sr. Vereador Tiago Carrão referiu que é preciso deixar claro que o PSD não defende o despedimento de trabalhadores municipais, mas sim que a política de contratação que tem sido seguida nos últimos anos precisa de mudar; ainda se recorda da Sra. Presidente, no primeiro mandato, falar na pirâmide invertida, e tem sérias dúvidas se se inverteu a pirâmide ou se a situação se agravou. Referiu que nada impede, e seria mais transparente, que o documento apresentasse uma listagem informativa das componentes das rubricas "outros". Realçou que a resposta da Sra. Presidente em relação à taxa de execução do orçamento pareceu querer indicar que teriam gosto em que se gastasse o dinheiro todo a apoiar as famílias, e isso não é verdade; querem uma taxa de execução elevada porque é sinal que o orçamento é cumprido, e, apesar deste documento não merecer a concordância do PSD,



concordam que seria fantástico que não houvesse necessidade de gastar um euro sequer em apoio social. Referiu que a atual governação já cá está há nove anos e que o voto contra dos Vereadores do PSD, no primeiro orçamento deste mandato, e no atual, tem em conta o histórico de uma governação anterior de oito anos; já sabiam ao que vinham e o que tinha sido feito e não votaram contra porque sim; sabiam quem eram os protagonistas, quais eram as opções que vinham sendo tomadas e quais continuariam a ser; no global, para responder às questões que se colocam no presente e no futuro, a intervenção visou essencialmente o passado e quem passa tanto tempo a olhar para trás não pode ter uma visão de futuro; se sempre ouviu dizer isto e aquilo, teve nove anos para poder fazer diferente, e melhor, mas isso não se viu; dizer que Tomar está melhor e mais desenvolvido soa muito bem, mas não o verificam nas métricas e nas estatísticas; poderá haver vetores que satisfaçam, porque até um relógio parado está certo duas vezes ao dia, mas a realidade também não o comprova; contrariamente ao que foi dito, na questão da população, por exemplo, é trágico que, entre os concelhos da sua dimensão, Tomar seja daqueles que pior estão e, no Médio Tejo, seja aquele que pior está; quanto ao aumento do número de empresas na zona industrial, por exemplo, vieram certamente a correr assim que o nome mudou para parque empresarial, e também terá ajudado a colocação das vistosas placas. Frisou que não é retórica os vereadores do PSD endereçarem e abordarem assuntos que são caros a todos os tomarenses, e que a todos devem preocupar; foram eleitos para o fazer, estão aqui para trabalhar e o seu voto contra este documento é um voto a favor daquilo que acreditam ser melhor para Tomar, a favor de Tomar e dos tomarenses. -----

O Sr. Vereador Luís Francisco salientou que não adianta discutir argumentos porque já se percebeu que a questão está nos óculos que se colocam; há quem ache que está tudo muito bem e a evoluir, e que estas são as medidas corretas, e não está em causa que todas as medidas sejam más, porque não são, e todas terão o seu mérito, mas, por vezes, as prioridades e as opções podiam ser outras; acham que deviam ser outras e, quando podem discutir o futuro, não lhes interessa falar do passado mais do que o necessário, e é isso que parece faltar; todos têm ideias para o futuro, mas, por si só, as ideias de uma pessoa ou de um grupo não são a estratégia para Tomar, nem é estratégia atribuir hoje uma determinada prioridade e, a determinada altura, trocar por outra, porque isso são meras opções táticas que se tomam para levar um determinado rumo, que se possa dizer certo, mas que é discutível; uma estratégia para Tomar é algo que se venha a escrever e a acordar. -----

N.º 02 – AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE DESPESAS PLURIANUAIS –



DELEGAÇÃO NA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COMPETÊNCIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

Foi presente a seguinte proposta da Sra. Presidente: -----

A competência para a autorização da realização de despesas plurianuais encontra-se atribuída à Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico da Autarquias Locais (aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual), conjugado com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso), na sua redação atual, e com o disposto n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho (que veio regulamentar a Lei n.º 8/2012). -----

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeito, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da assembleia municipal. -----

Ainda nos termos do número 3 do supracitado artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, na sua atual redação, que determina que "Nas situações em que o valor do compromisso plurianual é inferior ao montante a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, [até 99.759,58€] a competência referida na alínea c) do n.º 1 [dada à assembleia municipal], pode ser delegada no presidente de câmara." -----

Assim, considerando razões de simplificação de procedimentos e de celeridade processual, proponho que a Câmara Municipal delibere remeter à Assembleia Municipal para que esta delibere delegar na Presidente da Câmara a sua competência para autorizar compromissos plurianuais até ao limite de despesa de €99.759,58, para o ano económico de 2023, conforme estabelece e autoriza o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (na sua redação atual), conjugado com o disposto no n.º 3 do mesmo artigo, nas seguintes condições: -----

a) Despesas que resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano que sejam inferiores ao limite legal previsto na alínea b) do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, no valor de €99.759,58; -----



b) Assunção de despesas relativamente às quais sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, bem como os demais requisitos legais de execução de despesa. -----

Propor ainda que a Assembleia Municipal de Tomar delibere que seja prestada informação escrita, em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal sobre os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da delegação de competências agora conferidas.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a proposta e submetê-la à Assembleia Municipal ao abrigo das disposições da alínea c) do n.º 1 e do n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----

N.º 03 – CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE – Notável Capital - Investimentos Imobiliários, Limitada -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo ao Executivo Municipal o deferimento do pedido de certificação de destaque de parcela de terreno com 6.127,25 m2 a destacar do prédio urbano sito em Santa Cita, União das Freguesias de Madalena e Beselga, descrito na CRP de Tomar sob o n.º 1532/19940404, requerida por Notável Capital - Investimentos Imobiliários, limitada, nos termos e fundamentos da informação n.º 18060/2022 da Divisão de Gestão do Território.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou autorizar a certificação de destaque nos termos e fundamentos da referida informação, que homologa. ---

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

EXPEDIENTE:-----

N.º 04 – UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL – Sporting Clube de Tomar -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 5871/DAJA/2022, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a cedência do autocarro, no dia 10 de dezembro, para deslocação da equipa sénior de hóquei em patins do Sporting Clube de Tomar, a Boliquireime, com o custo estimado de 789,74€ (setecentos e oitenta e nove euros e setenta e quatro cêntimos), e eventuais portagens a cargo do clube.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou ceder o autocarro municipal, com pagamento de eventuais portagens a cargo do clube. -----



Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

Terminados os trabalhos, sendo onze horas e cinco minutos, a Sra. Presidente declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.-----

Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo.---



